

Ativismo político na universidade

Vitor Geraldi Haase[#]

RESUMO

A doutrinação e ativismo político nas escolas e universidades constituem uma importante questão social contemporânea. Em anos recentes tem sido enfatizada nas universidades a diversidade étnica, cultural e de gênero em detrimento da diversidade político-religiosa. A partir de uma revisão da literatura sobre o ativismo político na universidade é possível salientar cinco pontos: a) Apesar de sua importância, a diversidade político-religiosa na academia padece de uma restrição progressiva, com predomínio de posições políticas esquerdistas e estigmatização das minorias conservadoras e religiosas; b) A crítica ideológica da ciência como aparelho opressivo acarreta um relativismo epistemológico e desvio de foco da atividade acadêmica da busca de conhecimento para o ativismo político; c) O partidarismo político resulta de emoções morais profundas, as quais ao mesmo tempo que congregam as pessoas, dificultam o debate, tornando-o impérvio à argumentação lógica. Juntos o moralismo e a hegemonia políticos resultam em coerção e cerceamento à liberdade de opinião; d) A psicologização do debate sob a forma da doutrina politicamente correta e vitimismo associado a microagressões acarreta a criminalização das divergências político-religiosas; e) A cultura institucional acadêmica está impregnada pelo ativismo em prol da justiça social e por um duplo padrão moral face a violações de códigos de conduta, os quais constituem uma ameaça ao modelo clássico de universidade de pesquisa. A preocupação com o ativismo político nas escolas e universidades estimula a sociedade a se organizar com o intuito de debater e divulgar os problemas decorrentes e, ao mesmo tempo, de propor iniciativas legislativas visando esclarecer os direitos constitucionais de estudantes e professores e alunos à liberdade política e de credo, bem como de acesso ao conhecimento mais isento possível.

INTRODUÇÃO

Contemporaneamente ocorreu um acirramento e polarização do debate político, o qual tem sido amplificado pelas redes sociais através da internet, mas também repercute nas escolas e universidades (Haase & Starling-Alves, 2017). A preocupação de pais, estudantes e professores com o enviesamento, ativismo e doutrinação política nas escolas e universidades levou ao surgimento do movimento “Escola sem Partido” (s.d.), culminando com diversas iniciativas legislativas (p. ex., Santana, 2014, Ferreira, 2015). O presente texto tem por objetivo fornecer subsídios para a discussão do Projeto de Lei No. 7180/2014 que inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis (Santana, 2014).

A discussão se concentrará sobre a situação política na universidade contemporânea, argumentando que a restrição da diversidade político-religiosa no ambiente acadêmico, acompanhada de um clima ideologicamente enviesado e coercitivo, tem contribuído para desvirtuar os princípios que nortearam a fundação da universidade de pesquisa ou universidade humboldtiana (Clark, 2006, von Humboldt, 1810/2010, Wellmon, 2015). O método utilizado é uma revisão bibliográfica da literatura internacional, acompanhada de reflexões pessoais. Um referencial internacional foi selecionado, uma vez que essa não é uma questão exclusivamente brasileira (p. ex.. Bernardin, 2012, Christodoulou, 2014, Enkvist, 2006, Kimball, 2008, Scruton, 2015, Sowell, 1993, Zimmerman, 2016 etc.). O ambiente nas universidades brasileiras reflete o “Zeitgeist” mundial e, portanto, a questão precisa ser contextualizada de forma mais ampla.

O texto é dividido em cinco seções, abordando a) A importância da diversidade político-religiosa no ambiente acadêmico, b) O papel da universidade como instituição produtora, adjudicadora da validade e transmissora de conhecimento de importância vital para a sociedade, c) O clima de censura, intimidação, coerção e violência decorrente da redução da diversidade político-religiosa e polarização do debate na academia, d) A psicologização do debate político subjacente à ideologia do politicamente correto, com o conseqüente vitimismo e criminalização da divergência político-religiosa, e) A cultura institucional que promove o justicamento social, um duplo-padrão de conduta representa uma ameaça à universidade humboldtiana ou universidade de pesquisa.

DIVERSIDADE

A primeira questão que se impõe examinar diz respeito à diversidade político-religiosa na universidade. O discurso hegemônico contemporâneo tem enfatizado a diversidade cultural, étnica, cultural, sexual e de gênero na academia (O’Donohue & Redding, 2009, Zimmerman, 2016). Infelizmente, essa preocupação com a diversidade em algumas dimensões sócio-culturais tem se acompanhado por uma restrição da diversidade no que se refere ao posicionamento político-religioso. Diversos inquéritos têm demonstrado uma redução progressiva do espectro político na academia, com a formação de uma sólida hegemonia esquerdista (Klein & Stern, 2009a, Rothman & Lichter, 2009, Rothman et al., 2010, Shields & Dunn, 2016, Woessner & Kelly-Woessner, 2009, vide revisão em Zimmerman, 2016). É difícil traduzir esse enviesamento político da academia em números. Os dados variam conforme o critério usado (partidarismo político, auto-conceito ideológico etc.), área do conhecimento e época. P. ex., na Califórnia em 2004/2005 cerca de 10 para 1 professores na área de humanidades declararam ter votado no Partido Democrata, comparativamente a 0,7 para 1 na área militar/esportes, sendo a mediana universidade como um todo igual a 5 para 1 (Klein & Stern, 2009a).

De acordo com um inquérito analisado por Klein & Stern (2009a), em 1969 cerca de 46% dos professores estadunidenses se auto-declaravam de esquerda contrastando com 28% que se consideravam de direita. As relações se inverteram progressivamente, chegando em 1997 a uma relação proporcional de 56% auto-declarados esquerdistas e 24% conservadores. Ou seja, a proporção de conservadores se manteve relativamente constante, subindo o contingente de auto-declarados esquerdistas. Segundo um outro levantamento, a percentagem de esquerdistas se manteve constante em torno de 40% a 44% entre 1989 e 2006, reduzindo-se a percentagem de conservadores de 18% para 9% (Klein & Stern, 2009b). Em algumas áreas, tais como a psicologia social, o predomínio de esquerdistas radicais ou moderados chega a taxas maiores do que 90% (Haidt, 2011).

Os dados dos levantamentos dos posicionamentos políticos dos professores são amplamente divergentes em função de diferenças metodológicas, mas apontam para uma redução progressiva, em maior ou menor grau, do espectro político, com um nítido predomínio

esquerdista (Zimmerman, 2016). Segundo Haidt (2011) a proporção entre professores esquerdistas e conservadores é de 10 para 1 na área de humanidades e educação, de 5 para 1 na área de ciências e de 7 para 1 como um todo.

Quando o espectro político na academia é analisado a partir da perspectiva dos estudantes, dois resultados chamam atenção (Woessner & Kelly-Woessner, 2009). Em primeiro lugar, os estudantes auto-declarados conservadores relatam maiores níveis de insatisfação no relacionamento com seus professores e enviesamento ideológico da bibliografia indicada, sendo esse fenômeno mais saliente na área de humanidades e educação do que de ciências. Em segundo lugar, a proporção de universitários que progride seus estudos até o nível de doutorado é menor entre os conservadores, dando origem à expressão “telhado de vidro” para se referir ao fenômeno (Rothman & Lichter, 2009).

Os mecanismos subjacentes ao progressivo enviesamento ideológico da academia são múltiplos, podendo ser mencionados a) A estratégia deliberada de acirramento do debate ideológico e de aparelhamento ou promoção de valores esquerdistas na academia promovida a partir dos Anos 1960 sob as rubricas de “Nova Esquerda”, “Pós-modernismo”, “Marxismo Cultural “ etc., à medida que os ex-estudantes radicais passaram a ocupar posições acadêmicas (Hicks, 2004, Kimball, 2008, Scruton, 2015), b) A auto-seleção de acadêmicos esquerdistas para cargos, promoções e efetivações (Klein & Stern, 2009a, Rothman & Lichter, 2009, Woessner & Kelly-Woessner, 2009, Zimmerman, 2016) c) O desestímulo ao doutoramento e carreira acadêmica de estudantes conservadores (Rothman & Lichter, 2009, Woessner & Kelly-Woessner, 2009), d) Os mecanismos sutis de “groupthink” que constroem docentes e alunos com posições mais à direita, originando a expressão “conservador vivendo no armário” (Klein & Stern, 2009b, Zimmerman, 2016).

A redução e enviesamento progressivos do espectro ideológico na academia repercutem negativamente sobre a formação dos estudantes e sobre a atividade acadêmica e pesquisa de um modo mais amplo. Os professores e estudantes politicamente conservadores e religiosos constituem hoje uma minoria acadêmica tão ou mais estigmatizada quanto outras categorias tradicionalmente reconhecidas, tais como grupos étnicos, LGBT etc. O discurso pela diversidade na academia tem negligenciado a diversidade político-religiosa (O’Donohue & Redding, 2009, Zimmerman, 2016).

Os mesmos argumentos aplicáveis à promoção da diversidade e promoção dos direitos de minorias mais tradicionais também se aplicam ao caso de alunos e estudantes à direita do espectro político-religioso (O’Donohue & Redding, 2009): a) Os posicionamentos políticos e religiosos são tão constitutivos da personalidade e identidade quanto outras dimensões tais gênero e etnia, precisando portanto ter seu devido reconhecimento e garantia de liberdade; b) Os conservadores e religiosos constituem, efetivamente, uma minoria estigmatizada na academia; e c) A redução do espectro político-religioso permitido na universidade contribui negativamente para a formação dos estudantes, inibindo a troca espontânea de experiências, as discussões livres, o desenvolvimento de tolerância e uma convivência mais harmoniosa bem como habilidades de pensamento crítico e o ceticismo saudável que deve caracterizar a atividade acadêmica.

A restrição à diversidade político-religiosa nas universidades norte-americanas tem despertado preocupação crescente por parte de pesquisadores de múltiplas orientações ideológicas (Duarte et al., 2015, Haidt, 2011, 2012, Zimmerman, 2016). Essa preocupação motivou a criação de uma rede social para a promoção da diversidade político-religiosa na universidade, a Heterodox Academy (s.d.), a qual já conta com mais de 1000 professores e pesquisadores com um background político muito diversificado. A Heterodox Academy divulga pesquisas, notícias,

promove debates e avalia periodicamente o clima de liberdade no debate acadêmico norte-americano. No Brasil surgiu o Movimento Escola sem Partido (s.d) a partir da iniciativa da sociedade civil organizada. O enviesamento ideológico na academia se fundamenta em posições filosóficas que serão discutidas na próxima secção.

CONHECIMENTO

A partir dos Anos 1960 adquiriu proeminência e tem pautado o debate acadêmico, principalmente na área das humanidades e educação, uma corrente de pensamento diversamente denominada de “Nova Esquerda”, “Marxismo Cultural”, “Desconstrucionismo”, “Construcionismo Social”, “Pós-modernismo”. Aqui será adotado o designativo pós-modernismo, de acordo com a sistematização proposta por Hicks (2004). Essa corrente de pensamento se inspira em pensadores tais como Deleuze, Derrida, Foucault, Freud, Gramsci, Lacan, Marcuse, Nietzsche, Rousseau etc. (Hicks, 2004, Kimball, 2008, Scruton, 2015).

Os pensadores pós-modernistas têm se ocupado de realizar uma crítica ideológica de instituições tais como a família, o estado, a academia e a ciência, procurando analisar suas manifestações discursivas, reduzindo-as a formas de dominação e opressão de alguns estamentos sociais por outros. Uma discussão mais aprofundada das questões filosóficas subjacentes foge ao escopo do presente texto, mas de acordo com Hicks (2004), o ideário pós-moderno pode ser simplificada e sistematizado e contraposto ao pensamento moderno através de uma série de dimensões (vide Tabela 1).

Tabela 1 – Contraposição entre os pensamentos moderno e pós-moderno (modificado a partir de Hicks, 2004, p. 15).

Dimensão	Modernidade	Pós-modernidade
Metafísica	Realismo, naturalismo	Anti-realismo
Epistemologia	Objetivismo, empirismo versus racionalismo	Subjetivismo social
Natureza humana	Empirismo (tabula rasa) versus naturalismo (inatismo)	
Ética	Individualismo e naturalismo	Coletivismo, e igualitarismo, relativismo
Política e economia	Capitalismo liberal	Socialismo

A crítica da ciência como instrumento ou instituição a serviço da manutenção do “status quo” das relações políticas e econômicas de dominação tem conseqüências profundas tanto para a concepção quanto para a prática acadêmica. Segundo a perspectiva pós-modernista a realidade é socialmente construída e suas manifestações discursivas refletem as relações de poder estabelecidas entre diversos grupos sociais. A metafísica se reduz ao discurso e a ciência é apenas uma entre outras manifestações discursivas (Hicks, 2004, Kimball, 2008, Scruton, 2015). O principal objetivo do trabalho acadêmico é analisar e desconstruir as diversas manifestações discursivas presentes na sociedade, reduzindo-as a relações de poder, denunciando os mecanismos opressores e subsidiando o ativismo político em prol dos desfavorecidos.

A aspiração científica ao conhecimento objetivo da realidade e suas prescrições metodológicas são denunciadas como engodo, cujo real objetivo consistiria em mascarar e institucionalizar relações opressivas de poder. A realidade seria socialmente construída e os interesses dos diversos estamentos sociais e os interesses políticos subjacentes permeariam todos os domínios da vida, desde a intimidade da vida privada à “res publica”.

Mas renunciar à busca por conhecimento científico tem conseqüências drásticas. Se a ciência consiste apenas de uma manifestação discursiva como tantas outras, a conseqüência inevitável é o relativismo em suas mais diversas manifestações, metafísicas, epistemológicas, éticas, político-econômicas etc. (Castañon, 2004, Hicks, 2004). Se todas as manifestações discursivas são igualmente válidas e referenciadas em determinadas construções sociais, então não há critério para adjudicação entre teorias. Ou seja, também não há razões impositivas para se aceitar a doutrina relativista. A abdicação da ciência à aspiração de conhecimento válido e objetivo implica em uma transformação radical na concepção e prática universitária. Ao invés de buscar ampliar o conhecimento e transmiti-lo de uma geração para outra, formando cidadãos, profissionais, docentes e pesquisadores, o objetivo principal da universidade passa a ser a transformação da realidade, aspirando à justiça social. Ou seja, a busca pelo conhecimento é substituída pelo ativismo político.

As conseqüências da hegemonia pós-modernista se fazem sentir na área da educação desde o ensino fundamental até a universidade. A concepção tradicional de ensino como transmissão de conhecimento de uma geração para outra e aquisição de habilidades tem sido criticada e progressivamente substituída por uma concepção da educação como atividade eminentemente política (Bernardin, 2012, Christodoulou, 2013, Enkvist, 2006, Freire, 1970, Ioschpe, 2012). Os educadores desviam sua atenção da transmissão de conhecimento para a problematização da realidade sócio-política e promoção da consciência política e justiça social. As questões técnico-metodológicas subjacentes ao ensino da leitura/escrita, matemática e outras disciplinas são negligenciadas (Christodoulou, 204, Haase et al., 2012, 2015, Morais, 2014). O conhecimento é desvalorizado e reduzido a um mero instrumento de dominação política (Bagno, 2003, Freire, 1970). Essa perspectiva ignora o fato de o que o acúmulo de um cabedal mínimo de conhecimentos e habilidades é condição indispensável para o acesso à cidadania pela e exercício do pensamento crítico (Hirsch, 2006, Willingham, 2011).

As concepções pós-modernas repercutem na universidade de diversas maneiras. As conseqüências práticas para a vida e cultura acadêmica serão abordadas em seções subseqüentes. A seguir serão discutidas a seguir as conseqüências teórico-metodológicas do viés anti-científico.

O relativismo filosófico e a desconfiança em relação à ciência têm como conseqüência a adoção de métodos científicos fracos, tais como pesquisas qualitativas baseadas na análise do discurso e teoria fundamentada (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 1999). A renúncia aos métodos quantitativos de mensuração e teste estatístico de hipóteses dificulta a generalização dos resultados para além da experiência subjetiva dos informantes entrevistados nesse tipo de pesquisa.

A ausência de controle de variáveis e consideração de hipóteses alternativas transforma grande parte da atividade acadêmica em profecias auto-realizáveis, nas quais as informações obtidas com os informantes apenas subsidiam os pressupostos dos autores (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 1999). Criam-se subculturas de valores compartilhados entre iniciados em um dado linguajar específico, os quais se auto-congratulam em publicações com leitores escassos e baixíssimo nível de impacto. Essa situação é preocupante, uma vez que grande parte dessa

atividade acadêmica é financiada pelo pagador de impostos, sem que fique claro o benefício social advindo.

O enviesamento político em determinadas áreas do conhecimento torna-se especialmente preocupando se for levada em consideração o viés confirmatório que caracteriza o processo indutivo utilizado na pesquisa (Popper, 1992, 2002). Popper retomou uma linha de análise filosófica proposta por Hume no Século XVIII, a qual chama a atenção para a vulnerabilidade do método indutivo utilizado na pesquisa científica. Ao contrário da abordagem dedutiva, que se caracteriza pela necessidade lógica das conseqüências a partir de premissas, a abordagem indutiva se ressentida da dificuldade de generalizar seus resultados, uma vez que os mesmos podem ser, eventualmente, contraditados por novas observações.

Popper propôs então a doutrina da falseabilidade, segundo a qual uma teoria científica é tão melhor quanto mais suas previsões se deixam testar empiricamente sendo abertas à possibilidade de falsificação. A natureza cumulativa do conhecimento científico advém dessa abertura à possibilidade de falsificação. O objetivo da mensuração quantitativa e do teste de hipótese não é confirmar hipóteses, mas sim falsificá-las. Uma teoria é tão mais robusta quanto mais ela resiste às tentativas de falsificação. O “only game in town” dos cientistas é justamente tentar falsificar as teorias vigentes. Isso confere um caráter transitório ainda que cumulativo ao conhecimento científico.

O enviesamento político e o “groupthink” de pesquisadores que compartilham valores políticos é especialmente perigoso em determinadas áreas, principalmente aquelas com potencial para implicações práticas quanto a políticas sociais (MacDonald, 2000, Sowell, 1995). Diversos autores têm chamado atenção para a armadilha confirmatório em áreas mais sensíveis de pesquisa (Duarte et al., 2015, Haidt, 2011).

Um exemplo ilustrativo de viés confirmatório pode ser buscado na pesquisa social-psicológica sobre estereótipos. Um fenômeno básico da psicologia social é que as pessoas tendem a se categorizar de forma mais ou menos automática em função de uma série de estereótipos sociais e traços de personalidade. Por quase cem anos a psicologia pressupôs que os estereótipos constituíssem representações grosseiras e imprecisas, que servissem fundamentalmente para a justificação de preconceitos. Pesquisas mais recentes procuraram avaliar a acurácia dos estereótipos sociais chegando a resultados surpreendentes no que diz respeito à sua precisão relativa dada às limitações impostas à generalização, e adaptatividade na economia mental (Jussim, 2012).

A crítica ideológica da ciência tem conseqüências negativas por ao menos duas razões. Em primeiro lugar, ela contribui para desacreditar a ciência e academia perante a opinião pública. Em segundo lugar, a atitude anti-científica repercute sob a forma de utilização de métodos fracos de pesquisa impedindo diretamente o acúmulo de conhecimento, desperdiçando recursos públicos ou, até mesmo, podendo ter conseqüências nefastas quando políticas públicas são adotadas na ausência de evidências empíricas adequadas (MacDonald, 2000, Sowell, 1995). Nas próximas três seções serão analisadas as conseqüências práticas da crítica da ciência para a vida universitária.

CENSURA E COERÇÃO

O partidarismo político deriva de convicções emocionais profundamente arraigadas (Greene, 2013, Haase & Starling-Alves, 2017, Haidt, 2012). As pesquisas experimental-psicológicas de Haidt (2012, vide revisão em Haase & Starling-Alves, 2017) permitiram formular uma hipótese

de duplo processo, segundo a qual os juízos morais são desencadeados inicialmente por reações emocionais, as quais são posteriormente justificadas de forma racional. P. ex., em um experimento muito famoso, Haidt e cols. (1993) apresentaram vinhetas emocional e moralmente carregadas para participantes de diversos backgrounds culturais, níveis sócio-educacionais e idades. As vinhetas eram construídas de forma tal que o comportamento mutuamente consentido das personagens não violava nenhum direito alheio. Ou seja, a partir de uma perspectiva de maximização da utilidade e minimização de danos, as vinhetas eram moralmente perfeitamente aceitáveis. Entretanto, o comportamento das personagens violava determinados tabus culturais e desencadeava fortes reações emocionais nos participantes.

Portanto, frente a situações envolvendo comportamento consentido entre adultos e nas quais nenhum interesse de terceiros era violado, as pessoas reagiam de forma emocional, condenando as ações das personagens quando as mesmas violavam tabus morais culturalmente sancionados. Os participantes reagiam de forma veemente, condenando o comportamento das personagens. Mas, quando solicitados a justificar racionalmente seus juízos morais, titubeavam e encontravam dificuldades em construir uma resposta logicamente coerente.

Posteriormente, Greene (2013) analisou os padrões de ativação cerebral desencadeados por dilemas morais com soluções utilitárias e/ou impessoais versus soluções deontológicas e/ou pessoais. Em um primeiro tipo de dilema, o participante precisa optar entre sacrificar, ainda que de forma não-ativa, a vida de uma pessoa com o intuito de salvar a vida de outras cinco pessoas ou não fazer nada. Cerca de dois terços dos indivíduos testados nessas circunstâncias optam pela solução utilitarista. Ou seja, sacrificar uma vida para salvar cinco. Em um segundo tipo de dilema, as opções consistem em sacrificar ativamente a vida de uma pessoa com o intuito de salvar outras cinco vidas ou não fazer nada. Nessas circunstâncias em que o sacrifício de uma vida depende de uma ação pessoal e concreta do participante, cerca de 2/3 dos participantes optam por não interferir, deixando que a situação siga seu curso natural.

Os registros da atividade cerebral através de métodos de neuroimagem funcional mostram que o primeiro tipo de situação, emocionalmente menos carregado e pessoalmente neutro, desencadeia atividade no córtex prefrontal dorsolateral. Ou seja, em áreas envolvidas com o raciocínio lógico subjacentes à solução utilitária de maximizar o benefício e minimizar o prejuízo. Por outro lado, em uma situação emocional e pessoalmente mais carregada são ativadas de forma automática áreas relacionadas ao processamento emocional, tais como a amígdala. Isso explicaria a opção pela alternativa deontológica, causada por uma repulsa a infligir dano a outrem, ainda que com finalidades beneficentes para um número maior de indivíduos.

Tanto os estudos experimental-psicológicos quanto os estudos de neuroimagem funcional corroboram assim a hipótese de duplo processo: Quando confrontados com dilemas moralmente carregados as pessoas primeiro reagem emocionalmente de forma rápida e automática, optando por um juízo que apenas de forma mais lenta e deliberada será posteriormente justificado de forma racional.

A seguir, Graham e cols. (2009) investigaram os valores morais subscritos por indivíduos com diferentes posicionamentos políticos e descobriram diferenças sistemáticas entre esquerdistas e conservadores, as quais se associam à reatividade emocional e características de personalidade (vide revisão em Haidt, 2012). Através do sítio da internet yourmorals.org, Haidt e cols. investigaram essas relações sistemáticas entre características de personalidade e valores morais endossados em dezenas de milhares de participantes (Graham et al., 2009). Os resultados são sistematizados na Tabela 2.

Tabela 2 – Perfis diferenciados de valores morais endossados por esquerdistas e conservadores (modificado a partir de Haidt, 2012)

Valores endossados por esquerdistas	Valores endossados por conservadores	Descrição
Compaixão	Compaixão	Compaixão significa empatia e sensibilidade com o sofrimento alheio, indignação frente ao molestamento de outras pessoas. A reação dos conservadores é a caridade. Os esquerdistas procuram reformar o mundo.
Igualdade de desfechos	Igualdade de oportunidades	Igualdade de desfechos significa que o estado deve prover a cada um conforme suas necessidades. Igualdade de oportunidades significa que o estado deve garantir oportunidades iguais para todos.
Liberdade positiva	Liberdade negativa	Liberdade positiva é sinônimo de direitos humanos enquanto liberdade negativa significa ausência de interferência sobre o indivíduo desde que ele não prejudique a outrem. Para os conservadores existe uma contradição inerente entre igualdade e liberdade. A promoção da igualdade de desfechos sacrifica a liberdade negativa.
-	Lealdade	A lealdade resulta de um comprometimento com vínculos emocionais e instituições. Traição é a violação da lealdade. Tanto esquerdistas quanto conservadores endossam a lealdade, como p. ex., lealdade à causa ou ao partido. Mas os conservadores atribuem maior peso à lealdade, principalmente às lealdades pessoais.
-	Autoridade	Conservadores são mais sensíveis às violações do princípio de organização hierárquica constitutivo da sociedade. Conservadores subscrevem, p. ex., um relacionamento hierárquico entre professor (que sabe) e aluno (que deseja aprender). O esquerdismo viola essa pressuposição hierárquica.
-	Pureza	Os valores morais derivam dos sentimentos de repulsa frente à contaminação e putrefação. A putrefação se contrapõe à pureza, originando os valores religiosos relacionados à santidade. Mas, de um modo geral, toda a indignação moral resulta de repulsa emocional. A pureza é mais valorizada por conservadores, sendo endossada em menor grau por esquerdistas, como p. ex., em pessoas que aderem a dietas desintoxicantes.

As pesquisas antropológicas indicam que esses seis valores morais constituem universais humanos (Shweder et al., 2008). Os valores morais originam-se de reações emocionais mais profundas, as quais possuem um significado adaptativo. Os valores morais constituem um arcabouço de “slots” que são preenchidos de diferentes maneiras pelas diversas culturas, adquirindo assim um colorido específico. Da mesma forma que diferentes culturas e épocas históricas conferem pesos distintos aos diversos valores morais, os indivíduos também subscrevem uma paleta moral diferenciada conforme seus padrões de reatividade emocional. De acordo com Haidt (2012, Graham et al., 2009) a paleta moral subscrita pelos conservadores é mais ampla e diversificada, considerando também tabus e especificidades culturais. A paleta moral esquerdista, por outro lado, se orienta pelos temas de empatia e compaixão pelo sofrimento alheio e por igualdade e justiça social. Ambas são fortemente carregadas emocionalmente.

Segundo Haidt (2012) uma das principais características derivadas da reatividade emocional subjacente é que a moralidade agrega e cega. A moralidade agrega no sentido de que reúne pessoas que comungam valores e interesses similares. A moralidade cega na medida em que o auto-engano, o sentimento de superioridade moral e o fanatismo resultante tornam o debate político impérvio às ponderações racionais. A polarização política observada no mundo contemporâneo é consequência direta do moralismo subjacente às posições políticas. O mundo é dividido entre as pessoas “do bem” com as quais o indivíduo compartilha valores e as pessoas

“do mal” com as quais diverge. Amizades são feitas e desfeitas no FaceBook e outras redes sociais. Os debates políticos produzem mais calor do que luz e nunca são dirimidos logicamente.

A censura e a coerção são conseqüências quase que naturais quando uma determinada corrente política adquire hegemonia. A hegemonia esquerdista no cenário acadêmico contemporâneo privilegia a diversidade étnica, cultural e de gênero em detrimento da diversidade política e religiosa. Supostas violações da diversidade étnica e de gênero são criminalizadas por epítetos tais como “fascismo”, “homofobia”, “sexismo” etc. Ao mesmo tempo, as minorias conservadoras e religiosas são estigmatizadas e perseguidas de diversas maneiras. O colorido emocional específico que essas manifestações de “groupthink” assumiram em épocas recentes são discutidos na próxima secção.

PSICOLOGIZAÇÃO

A ideologia do politicamente correto constitui a forma concreta da qual se reveste o moralismo esquerdista imperante nas universidades contemporâneas (Zimmerman, 2016, vide ensaios no volume editado por Maranto et al., 2009). A correção política se fundamenta em uma psicologização do debate (O’Donohue & Redding, 2009), girando em torno do conceito de microagressão (Sue, 2010). Uma microagressão ocorre quando alguém, intencional ou inadvertidamente, faz um comentário sobre temas sensíveis à diversidade étnica e de gênero, o qual é tomado como ofensa por outra pessoa. A Tabela 3 apresenta alguns exemplos de microagressões recolhidos na literatura.

Tabela 3 - Exemplos de microagressões (modificado a partir de Sue, 2010, Zimmerman, 2016)

Exemplo de microagressão	Interpretação
Pedir ajuda com matemática a um oriental.	Reforçar o preconceito de que orientais são bons em matemática.
Dizer que os EUA são uma terra de oportunidades.	Desrespeitar os escravos que vieram forçados e não tiveram oportunidade alguma.
Dizer que os EUA são um cadinho de raças.	Insinuar que as minorias devem se conformar à cultura dominante, abdicando da sua identidade e dos seus valores.
Perguntar a um oriental onde ele nasceu.	Insinuar que a pessoa não é americana.
Usar a expressão opção sexual.	Dizer que a pessoa é livre para escolher ser ou não ser homossexual.
Falar Terceiro Mundo.	Implicar que há uma hierarquia entre países e culturas.
Usar roupas ou adereços de outras culturas.	Apropriar-se indevidamente dos bens de outra cultura.
Usar o termo politicamente correto.	Dizer que a pessoa está sendo hipersensível.

Essas observações, na maioria das vezes inadvertidas, constituem “triggers” para microagressões. Ou seja, são tomadas como ofensas e denunciadas às autoridades universitárias. As políticas de estímulo e proteção à diversidade estabelecidas pelas próprias universidades obrigam os seus responsáveis administrativos a investigarem a fundo cada uma dessas denúncias, sem que haja necessidade de qualquer critério objetivo para adjudicar entre o que aconteceu e o que não aconteceu. Ou seja, denúncias baseadas em auto-relatos subjetivos são processadas como se correspondessem à realidade objetiva. P. ex., Sue (2017), o principal teórico das microagressões, considera que a caracterização de uma microagressão prescinde de quaisquer evidências empíricas, fundamentando-se apenas na “realidade experiencial”, ou seja no relativismo subjetivista.

Com isso ignora-se que essas denúncias possam ser manipuladas, sendo instrumentalizadas em favor de uma determinada agenda política ou em favor de necessidades psicológicas específicas dos acusadores. Levar em consideração essa possibilidade não é uma opção porque significaria

“blame the victim”. O resultado é que os acusados são tratados como criminosos, sendo processados em um rito sumário, sem direito ao devido processo legal. Os desfechos freqüentemente consistem de suspensão, expulsão ou treinamento em sensibilidade étnica ou diversidade (leia-se lavagem cerebral) (Zimmerman, 2016).

Segundo O’Donohue e Redding (2009) o conceito de microagressão se fundamenta em dois pressupostos altamente questionáveis. A primeira pressuposição é de que as microagressões poderiam ser prejudiciais às vítimas. Principalmente considerando seus efeitos cumulativos a longo prazo. O problema com essa hipótese é de que não existem evidências empíricas que a sustentem (Lilienfeld, 2017a,b). A hipótese de prejuízo poderia corresponder à realidade, mas não existem quaisquer evidências que corroborem ou sugiram a mais remota possibilidade que isso corresponda à realidade. Ao contrário, as divergências de opinião e desentendimentos constituem uma característica inerente à vida em sociedade (Cohen, 2017). A universidade constitui justamente o espaço em que essas divergências podem ser analisadas e, eventualmente, dirimidas de forma civilizada e acadêmica. Segundo Cohen, quem não deseja se expor a opiniões contraditórias às suas crenças pessoais não deveria freqüentar a universidade. A universidade também é um espaço de divergência política e religiosa e não apenas de diversidade étnica e de gênero.

O segundo pressuposto diz respeito à necessidade de intervenção. Novamente, não há evidências de que intervenções adicionais sejam necessárias além daquelas que caracterizam o debate acadêmico civilizado (Cohen, 2017, O’Donohue & Redding, 2009). As sanções aplicadas, sob a forma de suspensões, expulsões e treinamentos de “sensibilização para diversidade” constituem importantes violações dos direitos constitucionais dos supostos perpetradores e originam um clima de coerção, medo e insegurança quanto à liberdade de expressão (Zimmerman, 2009). Considerando os interesses divergentes entre minorias constituídas por diferentes critérios sócio-culturais, as intervenções constituem um favorecimento democraticamente inaceitável de determinadas minorias em detrimento de outras.

A doutrina politicamente correta operacionalizada no conceito de microagressão representa ainda um foco exclusivo nos direitos e negligência dos deveres, como analisados por Dalrymple (2011, 2015). A doutrinação não é apenas ideológica mas também psicológica. A doutrinação psicológica é especialmente perversa e se manifesta como coitadismo ou vitimismo. O vitimismo serve de escusa para a irresponsabilidade. O culpado pelas mazelas do mundo nunca é o indivíduo e suas decisões, mas sim forças sociais e culturais obscuras e impessoais. A culpa sempre é dos outros, de entidades como o preconceito, o patriarcado, o estado opressor, a heteronormatividade etc. O discurso enviesa-se para a reclamação por direitos e cada vez mais direitos, negligenciando a realidade e os deveres. Nas palavras de Barack Obama:

“I’ve heard of some college campuses where they don’t want to have a guest speaker who is too conservative or they don’t want to read a book if it had language that is offensive to African Americans or somehow sends a demeaning signal towards women. I’ve got to tell you, I don’t agree with that either— that when you become students at colleges, you have to be coddled and protected from different points of view” (Barack Obama, 2015, cit. in Zimmerman, 2016, p. 103).

A questão do combate ao preconceito é exemplar. O combate ao preconceito acaba por constituir-se em um novo preconceito. Ou seja, o preconceito de não ter preconceitos (Dalrymple, 2015). Como se isso fosse psicologicamente possível (Jussim, 2012). Os combatentes contra o preconceito constituem uma seita de ungidos, a serviço do bem e por isso moralmente superiores (Sowell, 1995). E justamente por isso intitulados a combater as violações dos seus pressupostos morais por todos os meios possíveis (Trotsky, 1973). A ideologia politicamente

correta impregna a cultura universitária contemporânea. Na próxima seção será brevemente descrito o arcabouço institucional da correção política.

CULTURA INSTITUCIONAL

A cultura do politicamente correto está fortemente consolidado nas instituições acadêmicas contemporâneas. O processo iniciou-se há mais de cinquenta anos na França e nos EUA (Kimball, 2008, Scruton, 2015), mas se difundiu pelo mundo. Zimmerman (2016) fornece uma descrição equilibrada do arcabouço institucional subjacente à correção política, o qual se caracteriza pelo justicialismo social e pelo duplo padrão moral.

O justicialismo moral consiste em um desvio das finalidades da Universidade, da busca do conhecimento objetivo para o ativismo político e transformação da realidade. Essa mudança de ênfase na missão da universidade é consequência direta da crítica da ciência e do relativismo epistemológico decorrente (Castañon, 2004, Hicks, 2004).

A universidade, junto com as Forças Armadas e a Igreja Católica sempre constituiu um dos principais veículos de ascensão social no Brasil e no mundo. No entanto, essa função de elevador social era derivativa e não inerente à missão da universidade. A ênfase na justiça social e reparação de injustiças historicamente cometidas através de programas de ação afirmativa ou sistemas de cotas de entrada, por exemplo, constituem uma violação aos princípios da isonomia constitucional entre os cidadãos e da meritocracia (Sowell, 2004).

O justicialismo social traz consigo também a possibilidade de instrumentalização, tal como acontece com o conceito de microagressão. Os argumentos em prol da justiça social podem ser esgrimidos para regular o comportamento alheio, servindo de biombo ou escusa para a promoção de interesses políticos ou pessoais não explicitados. P. ex., os opositores do sistema de cotas podem ser criminalizados como racistas e ficarem temerosos de expressar sua opinião ou as estatísticas quanto ao desempenho de alunos cotistas podem ser falsificadas (Sowell, 1995, 2004).

O segundo fundamento da cultura institucional politicamente correta é o duplo padrão moral (Zimmerman, 2016). Aplicam-se dois pesos e duas medidas a violações de códigos de conduta conforme a ideologia dos supostos perpetradores. Supostas microagressões são perseguidas implacavelmente pelos paladinos do politicamente correto que aparelham as instituições universitárias. Ao mesmo tempo, essas instituições aparelhadas são coniventes ou até mesmo estimulam agressões contra a pessoa, contra a propriedade e contra preceitos constitucionais, quer seja de forma verbal ou física. O noticiário é pródigo em demonstrações recorrentes de episódios lamentáveis, como p. ex., agressões a palestrantes convidados de orientação conservadora ou condenações injustas por supostas violações do código politicamente correto, as quais não são apropriadamente reparadas (Zimmerman, 2016).

Os fundamentos institucionais da correção política, sob a forma de justicialismo social e duplo padrão moral representam ameaças reais ao conceito e instituição da universidade de pesquisa, como se chama no EUA, ou universidade humboldtiana, como é conhecida na Europa. O conceito contemporâneo de universidade resultou de uma reforma educacional conduzida por Wilhelm von Humboldt em 1810 na Prússia (von Humboldt, 2010). O modelo de universidade humboldtiana se fundamenta nos pressupostos apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Princípios da Universidade Humboldtiana (cf. Clark, 2006, von Humboldt, 1810/2010,. Wellmon, 2015)

Princípio	Descrição
Unidade ensino-pesquisa	Os estudantes aprendem pesquisando e o professor pesquisa ensinando. A associação entre ensino e pesquisa permite a formação de profissionais capacitados para o pensamento crítico e teste de hipóteses. Mais recentemente, esse princípio foi ampliado para incluir a extensão. O professor ensina e o estudante aprende prestando serviços à comunidade.
Formação	O termo “Bildung” em alemão refere-se a uma formação mais ampla, não apenas científica, mas também cultural e moral. A universidade propicia experiências aos estudantes que promovem sua “Bildung”.
Universalidade	A universidade verdadeira deve abranger todos os mais diversos domínios do conhecimento, tanto das humanidades quanto das ciências.
Liberdade	A liberdade de pensamento e expressão, sintetizada no conceito de liberdade de cátedra, constitui o fundamento da atividade acadêmica.
Autonomia	A universidade constitui-se em uma torre de marfim no bom sentido. Ou seja, os acadêmicos precisam poder se dedicar às suas atividades de ensino e pesquisa, independentemente de pressões econômicas, estatais ou ideológicas.
Meritocracia	Os critérios de entrada e progressão na hierarquia universitária devem se fundamentar nas realizações individuais e não em afiliações familiares, de classe, etnia, gênero ou ideológicas.

Ao longo dos últimos duzentos anos o conceito de universidade humboldtiana se difundiu pelo mundo, assumindo um papel importante nos avanços científicos e tecnológicos ocorridos desde a sua formulação. Foi especialmente nos EUA e sob a rubrica de universidade de pesquisa que esse modelo atingiu seu apogeu (Clark, 2006, Wellmon, 2015). No Brasil, o sistema de universidades federais constitui-se em importante recurso social para a formação e pesquisa, o qual se orienta pelo ideal humboldtiano. Paradoxalmente, é nos EUA, país no qual o ideal humboldtiano atingiu seu ápice, que a universidade de pesquisa começou e continua a ser ameaçada pela ativismo político e correção política, desviando-se de suas finalidades precípua. A institucionalização do ativismo político e da correção política representam, portanto, uma séria ameaça à atividade acadêmica, ao pilar fundamental da sociedade do conhecimento contemporânea.

CONCLUSÃO

Os últimos cinquenta anos testemunharam uma redução progressiva da diversidade político-religiosa na universidade em favor da diversidade étnica, cultural e de gênero. Criou-se uma hegemonia de pensamento pós-modernista ou politicamente correto, que a) desconfia da ciência, consierando-a instrumento de opressão social, b) abdica da metodologia do teste empírico de hipóteses em favor de métodos mais fracos de pesquisa com baixo poder de generalização, c) desvirtua a atividade específica da universidade, deslocando recursos da pesquisa e ensino para o ativismo e doutrinação políticos e, d) promove o vitismo e a irresponsabilidade individual e, finalmente, e) acaba por instalar um clima de caça às bruxas de coerção e cerceamento ao pensamento divergente. Diversas iniciativas da sociedade organizada, tais como o Movimento Escola sem Partidos no Brasil e a Heterodox Academy nos EUA objetivam documentar esse estado de coisas e esclarecer a população quanto aos seus direitos constitucionais em casos de violações. No Congresso Brasileiro foi proposto o Projeto de Lei No. 7180/2014, que inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis. O objetivo do projeto é garantir que os alunos e professores tenham acesso garantido a conhecimento sobre os seus direitos constitucionais a uma educação de qualidade e politicamente não-enviesada.

O autor é professor titular no Departamento de Psicologia da FAFICH – UFMG, onde coordena o Laboratório de Neuropsicologia do Desenvolvimento (LND-UFMG). É bolsista 1D de produtividade do CNPq, tendo doutorado em psicologia médica pela Universidade de Munique, mestrado em lingüística aplicada pela PUCRS, residência médica em neurologia e neuropediatria pela UFCSPA e graduação em medicina pela UFRGS. Correspondência: vghaase@gmail.com

REFERÊNCIAS

Alves-Mazzotti, A. J., Gewandsznajder, F. (1999). O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa (2a. ed). São Paulo: Pioneira.

Castañon, G. A. (2004). Pós-modernismo e política científica na psicologia contemporânea: uma revisão crítica. *Temas em Psicologia da SBP*, 12, 155-167.

Bagno, M. (2003). A norma culta: língua & poder na sociedade brasileira; São Paulo: Parábola.

Bernardin, P. (2012). Maquiavel pedagogo. Ou o ministério da reforma psicológica. Campinas: Ecclesia/Vide.

Clark, W. (2006). Academic charisma and the origins of the research university. Chicago: Chicago University Press.

Cohen, A. J. (2017). Psychological harm and free speech on campus. *Society*, 1-6 (doi: 10.1007/s12115-017-0145-6).

Christodoulou, D. (2014). Seven myths about education. London: Routledge / The Curriculum Centre.

Dalrymple, T. (2011). Podres de Mimados. As consequências do sentimentalismo tóxico. São Paulo: É Realizações.

Dalrymple, T. (2015). Em defesa do preconceito. A necessidade de ter idéias preconcebidas. São Paulo: É Realizações.

Duarte, J. L., Crawford, J.T., Stern, C., Haidt, J., Jussim, L., & Tetlock, P. E. (2015). Political diversity will improve social psychological science. *Behavioral and Brain Sciences*, 28, e130 (doi: 10.1017/S0140525X14000430).

Enkvist, I. (2006). Repensar la educación. Madrid: Ediciones Internacionales Universitarias.

Escola sem Partido (s.d.). Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. Brasília: Escola sem Partido (<http://www.programaescolasempartido.org/>).

Ferreira, I. C. (2015). Projeto de lei No. 867/2015. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o “Programa Escola sem Partido”. Brasília: Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf).

Freire, P. (1970). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Graham, J., Haidt, J., & Nosek, B. A. (2009). Liberals and conservatives rely on different sets of moral foundations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96, 1029–1046.

Green, D. G. (2006). *We're (nearly) all victims now! How political correctness is undermining our liberal culture*. London: Civitas: Institute for the Study of Civil Society.

Greene, J. (2013). *Moral tribes. Emotion, reason, and the gap between us and them*. New York: Penguin.

Haase, V. G. & Starling-Alves, I. (2017). In search of the moral-psychological and neuroevolutionary foundations of political partisanship. *Dementia & Neuropsychologia*, 11, 15-29 (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-57642017000100015).

Haase, V. G., Júlio-Costa, A., & Lopes-Silva, J. (2015). Por que o construtivismo não funciona? Evolução, processamento de informação e aprendizagem escolar. *Psicologia em Pesquisa UFJF*, 9, 62-71 (pepsic.bvsalud.org/pdf/psipeseq/v9n1/v9n1a08.pdf).

Haase, V. G., Ferreira, F. O., Moura, R. J., Pinheiro-Chagas, P. & Wood, G. (2012). Cognitive neuroscience and math education: teaching what kids don't learn by themselves. *International Journal for Studies in Mathematics Education*, 5, 2 (<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/jjeem/article/view/110>).

Haidt, J. (2011). *The bright future of postpartisan social psychology*. San Antonio: Society for Research on Personality and Social Psychology (<http://people.stern.nyu.edu/jhaidt/postpartisan.html>).

Haidt, J. (2012). *The righteous mind. Why good people are divided by politics and religion*. New York: Pantheon.

Haidt, J. Koller, S. H., * & Dias, M. G. (1993). Affect, culture, and morality, or is it wrong to eat your dog? *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 613-628.

Heterodox Academy (s.d.). *Heterodox Academy. To increase viewpoint diversity in the university* (<https://heterodoxacademy.org/>).

Hicks, S. F. C. (2004). *Explaining postmodernism. Skepticism and socialism from Rousseau to Foucault*. Tempe, AZ/New Berlin/Milwaukee, WI: Scholargy.

Hirsch, Jr., E. D. (2006). *The knowledge deficit. Closing the shocking education gap for American children*. Boston: Houghton-Mifflin.

Von Humboldt, W. (2010). Über die innere und äussere Organisation der höheren wissenschaftlichen Anstalten in Berlin (1809/10). In R. vom Bruch (ed.) *Gründungstexte. Johann Gottlieb Fichte. Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher. Wilhelm von Humboldt. Festgabe zum 200-jährigen Jubiläum der Humboldt-Universität zu Berlin* (pp. 229-241). Berlin: Humboldt-Universität zu Berlin.

Ioschpe, G. (2012). *O que o Brasil quer ser quando crescer? (e outros textos sobre educação e desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Objetiva

Jussim, L. (2012). *Social perception and social accuracy: why accuracy dominates bias and self-fulfilling prophecy*. New York: Oxford University Press.

Kimball, R. (2008). *Tenured radicals. How politics has corrupted our higher education* (3rd ed.). Chicago: Ivan R. Dee.

Klein, D. B., & Stern, C. (2009a). *By the numbers: the ideological profile of professors*. In R. Maranto, R. E. Redding, & F. M. Hess (eds.) *The politically correct university. Problems, scope and reforms* (pp. 15-37). Washington, D.C.: American Enterprise Institute for Public Policy Research

Klein, D. B., & Stern, C. (2009b). *Groupthink in academia: majoritarian departmental politics and the professional pyramid*. In R. Maranto, R. E. Redding, & F. M. Hess (eds.) *The politically correct university. Problems, scope and reforms* (pp. 77-98). Washington, D.C.: American Enterprise Institute for Public Policy Research.

Lilienfeld, S. O. (2017a). *Microaggressions*. *Perspectives in Psychological Sciences*, 12, 138-169.

Lilienfeld, S. O. (2017b). *Through a glass, darkly*. *Perspectives in Psychological Sciences*, 12, 178-180.

MacDonald, H. L. (2000). *The burden of bad ideas: how modern intellectuals misshape our society*. Chicago: Ivan Dee.

Maranto, R., Redding, R. E., & Hess, F. M. (eds.) (2009). *The politically correct university. Problems, scope and reforms*. Washington, D.C.: American Enterprise Institute for Public Policy Research.

Morais, J. (2014). *Alfabetizar para a democracia*. Porto Alegre: Penso.

O'Donohue, W. & Redding, R. E. (2009). *The psychology of political correctness in higher education*. In R. Maranto, R. E. Redding, & F. M. Hess (eds.) *The politically correct university. Problems, scope and reforms* (pp. 99-120). Washington, D.C.: American Enterprise Institute for Public Policy Research.

Popper, K. (1992). *The logic of scientific discovery*. London: Routledge.

Popper, K. (2002). *Conjectures and refutations. The growth of scientific knowledge*. London: Routledge.

Rothman, S., & Lichter, S. R. (2009). *The vanishing conservative—is there a glass ceiling?* In R. Maranto, R. E. Redding, & F. M. Hess (eds.) *The politically correct university. Problems, scope and reforms* (pp. 60-76). Washington, D.C.: American Enterprise Institute for Public Policy Research.

Rothman, S., Kelly-Woessner, A., & Woessner, M. (2010). *The still divided academy: How competing visions of power, politics, and diversity complicate the mission of higher education*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.

Santana, E. (2014). *Projeto de Lei No. 7180/2014. Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis*. Brasília: Câmara dos Deputados (<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>).

Scruton, R. (2015). *Fools, frauds and firebrands. Thinkers of the new left*. London: Bloomsbury.

- Shields, J. A. & Dunn, J. M. (2016). *Passing on the right. Conservative professors in the progressive university*. New York: Oxford University Press.
- Shweder, R. A., Haidt, J., Horton, R., & Joseph, C. (2008). The cultural psychology of the emotions. Ancient and renewed. In M. Lewis, J. M. Haviland-Jones & L. F. Barrett (eds.) *Handbook of emotions* (3rd. e., pp. 409-427). New York: Guilford.
- Sowell, T. (1995). *The vision of the anointed: self-congratulation as a basis for social policy*. New York: Basic Books.
- Sowell, T. (2004). *Affirmative action around the world. An empirical study*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Sowell, T. (2010). *Inside American education. The decline, the deception, the dogmas*. New York: Simon & Schuster.
- Sue, D. W. (2010). *Microaggressions in everyday life: Race, gender, and sexual orientation*. New York: Wiley.
- Sue, D. W. (2017). Microaggressions and “evidence”: empirical or experiential reality? *Perspectives on Psychological Science*, 12, 170–172.
- Trotsky, L. (1973). *Their morals and ours*. New York: Pathfinder.
- Willingham, D. T. (2011). *Por que os alunos não gostam da escola*. Porto Alegre: ARTMED.
- Woessner, M., & Kelly-Woessner, A. (2009). Left pipeline: why conservatives don't get doctorates. In R. Maranto, R. E. Redding, & F. M. Hess (eds.) *The politically correct university. Problems, scope and reforms* (pp. 38-59). Washington, D.C.: American Enterprise Institute for Public Policy Research.
- Wellmon, C. (2015). *Organizing enlightenment. Information Overload and the invention of the modern research university*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Wood, P. (2009). College conformity 101: where the diversity of ideas meets the idea of diversity. In R. Maranto, R. E. Redding, & F. M. Hess (eds.) *The politically correct university. Problems, scope and reforms* (pp. 121-138). Washington, D.C.: American Enterprise Institute for Public Policy Research.
- Zimmerman, J. (2016). *Campus politics. What everyone needs to know®*. New York: Oxford University Press.